tigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida a quantia de 70.000\$ da verba de 100.000\$ inscrita no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada — Direcção das Construções Navais», artigo 81.º «Construções e obras novas», n.º 6) «Material e motor de propulsão para uma vedeta para a *Sagres*», do orçamento do Ministério da Marinha para o ano económico corrente, a fim de reforçar com as quantias de 30.000\$ e 40.000\$, respectivamente, as verbas de 50.000\$ e 100.000\$ inscritas, a primeira na alínea c) «Motores marítimos para escaleres» do n.º 1) «Aquisição de móveis» do artigo 82.º «Aquisições de utilização permanente», e a última no n.º 6) «Sobressalentes e acessórios para aparelhos propulsores dos navios e embarcações» do artigo 84.º «Material de consumo corrente», ambas dos mesmos capítulo e orçamento.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Novembro de 1937.— ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

Decreto n.º 28:138

Com fundamento nas disposições do § 3.º do artigo 8.º do decreto n.º 27:423, de 30 de Dezembro de 1936;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O disposto no artigo 8.º do decreto n.º 27:423, de 30 de Dezembro de 1936, não é applicável à verba de 300.000\$ inscrita no orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada — Direcção dos Serviços de Electricidade e Comunicações», artigo 167.º «Aquisições de utilização permanente», n.º 1) «Aquisição de móveis», alínea a) «Material radiotelegráfico para postos costeiros e navios da armada, etc.».

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Novembro de 1937.— ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

Decreto n.º 28:139

Com fundamento nas disposições do § 3.º do artigo 8.º do decreto n.º 27:423, de 30 de Dezembro de 1936;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O disposto no artigo 8.º do decreto n.º 27:423, de 30 de Dezembro de 1936, não é applicável às verbas de 750.000\$ e 100.000\$ inscritas no orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada — Cordoaria Nacional», artigo 94.º «Material de consumo corrente», a primeira no n.º 1) «Matérias primas e produtos acabados ou meio acabados, etc.» e a última no n.º 2) «Filele a importar, incluindo o fornecimento a navios e estações de marinha».

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Novembro de 1937.— ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que S. Ex.^a o Ministro da Marinha autorizou, por seu despacho de 30 do mês findo, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência de verba no orçamento do Ministério da Marinha do ano económico de 1937:

Da alínea b) para a alínea a) do n.º 1) do artigo 101.º, capítulo 4.º, 2.200\$.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 2 de Novembro de 1937.— O Chefe da Repartição, *R. Quintanilha*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Junta de Electrificação Nacional

Decreto n.º 28:140

Tendo as Câmaras Municipais de Ancião e Alvaiázere celebrado com a Companhia Eléctrica das Beiras escrituras de concessão, com declaração de utilidade pública, para distribuição de energia eléctrica na área dos respectivos concelhos;

Realizados os inquéritos administrativos, nos termos da legislação em vigor;

Ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. São aprovadas e declaradas de utilidade pública as concessões dadas à Companhia Eléctrica das Beiras para distribuição de energia eléctrica para iluminação pública e particular, fornecimento de força motriz e outros usos pelas Câmaras Municipais de Ancião e Alvaiázere, na área dos respectivos concelhos, nos termos das escrituras celebradas em 17 de Abril de 1937 para o concelho de Ancião e em 24 de Março de 1937 para o concelho de Alvaiázere.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Novembro de 1937.— ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Superior
e das Belas Artes

Decreto-lei n.º 28:141

Convindo classificar a Biblioteca Pública de Ponta Delgada, conforme o preceituado no artigo 4.º do decreto-lei n.º 26:175, de 31 de Dezembro de 1935, e bem assim estabelecer o respectivo quadro do pessoal, em harmonia com a classificação que à mesma Biblioteca é atribuída;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Biblioteca Pública de Ponta Delgada, incluída no quadro das bibliotecas do Estado descritas no artigo 3.º do decreto com força de lei n.º 19:952, de 27 de Junho de 1931, e reorganizada em novas bases